



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

CURRÍCULO ESCOLAR, PENSAMENTO CRÍTICO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Rossane Vinhas Bigliardi¹

Ricardo Gauterio Cruz²

RESUMO

O nosso saber ambiental nos indica que o caminho no qual vamos acelerando o passo é uma carreira desenfreada para um abismo inevitável. A inserção da Educação Ambiental nos currículos escolares, desde os primeiros anos do ensino formal, é de vital importância na formação de um novo sujeito, capaz de refrear o processo de colapso societal, e de morte entrópica do planeta. Se quisermos formar sujeitos cujas ações são balizadas por pressupostos éticos que conduzam sua vida de forma a promover sua atuação responsável e solidária frente aos problemas sócio-ambientais da realidade, precisamos de um currículo que rompa com os valores antropocêntricos vigentes, e “naturalize” o homem, concebendo-o de forma sistêmica, inseparável do meio no qual habita.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Emancipação, Educação Escolar.

ABSTRACT

Our knowledge about environment indicates that the way in which we go speeding up the step is a wild career for an inevitable abyss. The insertion of the Environmental Education in the school curricula, since the first years of formal education, is of prime importance in the formation of a new citizen, capable to break the process of societal collapse, and death of the planet. If we want to form citizens whose actions are marked out by ethical thinking, that lead

¹ Pedagoga, Mestre em Educação Ambiental, Doutoranda em Educação Ambiental – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – FURG. rossanevb@hotmail.com.

² Graduando em Direito – Departamento de Ciências Jurídicas – FURG. ricardo_gcruz@hotmail.com.

their lives in a way to promote a responsible performance face to environmental problems, we need a curriculum that breaks with the effective anthropocentric values.

Keywords: Environmental Education, Emancipation, School Education.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Iniciamos este ensaio motivados e inquietos pela reflexão de Henrique Leff (2003), que nos traz que o nosso saber ambiental nos indica que o caminho no qual vamos acelerando o passo é uma carreira desenfreada para um abismo inevitável, que não resta alternativa senão sustentar-nos na incerteza, conscientes de que devemos re-fundamentar o saber sobre o mundo que vivemos. E é com base nesta questão e nas inquietudes cotidianas de nossas leituras e vivências, que passamos a analisar, em escala macro, o delicado momento por que nossa sociedade.

À humanidade cabe viver grande incerteza e apreensão quanto aos tempos vindouros. A geração passada teve a prerrogativa de planejar seu futuro, pois as variáveis envolvidas neste planejamento mostravam-se mais estáveis: o modelo de produção/acúmulo se encontrava em um estágio de seu desenvolvimento no qual o indivíduo tinha quase que garantido o direito ao trabalho, portanto, à condição de prover – em algum nível – o sustento de sua família.

Atualmente, porém, a contradição posta pelo modelo capitalista – onde o ideal de produtividade acarreta a exclusão social e destruição do meio natural – reverteu este quadro de tal forma que fora declarado o fim das certezas. Nunca antes, em um espaço tão curto de tempo, a sociedade produziu tantos marginalizados. O número de sem-terra, sem-teto, sem-comida, e sem-dignidade cresceu vertiginosamente nos últimos vinte anos. Nunca se produziu tanto, consumindo tantos recursos, e nunca se distribui tão mal esta produção.

Esta realidade apresenta-nos a necessidade de re-formulação das diretrizes que norteiam nossos hábitos – principalmente os de consumo – e acima de tudo, aponta para a necessidade da re-orientação do paradigma societário, pois este demonstra fortes sinais de ter chegado ao seu limite: limite do crescimento econômico e populacional, da exploração destrutiva dos recursos naturais, e da degradação do ser humano enquanto sujeito social.

2. A COMPLEXIDADE DO PROBLEMA

Nosso conceito de natureza remete à objetividade dos processos materiais de produção, onde o homem interage com o mundo, através do trabalho, transformando a materialidade imediatamente dada – a própria natureza – de forma a suprir suas necessidades, reproduzindo-se socialmente e, em última análise, garantindo as condições necessárias para a manutenção da vida.

Como nenhuma força é capaz de transformar a natureza com a propriedade que o faz a espécie humana – em intensidade e intenção – entendemos, assim como Marx, que a natureza é, em certa medida, um momento da práxis humana, histórico e socialmente determinado, que encerra a totalidade das formações materiais, incluindo o próprio homem.

Partindo desta premissa materialista e histórica, podemos compreender a crise ambiental como a crise do modo como nossa sociedade se afirma e se reproduz. A acumulação de capital e suas conseqüências – a taxa de exploração da natureza que ultrapassa a capacidade de regeneração dos ecossistemas – culmina na degradação biológica e na redução da biodiversidade, afetando a vida dos seres humanos, sua saúde, a satisfação de suas necessidades mais básicas.

No âmbito das relações que compreendem a exploração da mão de obra na produção, a qualidade de vida dos indivíduos que compõem a força de trabalho é comprometida pelo interesse do capitalista em aumentar a produtividade e, por conseqüência, o lucro, gerando males físicos e psicológicos aos entes da sociedade. Da mesma forma, a incapacidade da natureza se refazer das agressões sofridas pela atividade capitalista a torna cada vez mais frágil e incapaz de novas regenerações, resultando, não somente, na escassez de recursos, como também na ameaça à manutenção do próprio sistema econômico, e em última análise, à continuidade da vida no planeta.

Desta forma, fica evidente o antagonismo entre Capitalista e Natureza – retomando nosso conceito de natureza e trazendo o ser humano como elemento pertencente à totalidade do natural – onde o primeiro (o capitalista) sempre tentará explorar ao máximo, e no menor espaço de tempo possível, aquilo que o segundo (a natureza) pode oferecer (mão-de-obra e matéria-prima).

A racionalidade econômica, desta forma, vem afetando a auto-organização dos sistemas biológicos e o equilíbrio ecológico do planeta, prejudicando tanto a produtividade

quanto a regeneração da natureza, e refletindo-se de forma entrópica nas condições de sustentabilidade não só do planeta, mas da própria economia.

A economia, assim, ao afetar as condições naturais (da natureza), engendra um processo entrópico em que a própria economia será afetada. A produtividade do sistema econômico acaba sendo seu oposto, pois quanto mais se produz, mais se afeta a natureza, e menos se pode produzir com o que dela restou. Eis o fenômeno que podemos denominar como entrópico, ou em outras palavras, um processo de morte por excesso de vida.

Neste sentido, como nos traz LEFF (2003), a sustentabilidade se caracteriza pela busca de equilíbrio entre a tendência para a morte entrópica do planeta, (resultado do desenfreado processo de crescimento econômico), e a construção de uma produtividade neguentrópica, baseada na organização da vida no sentido de um modelo alternativo de produção e consumo.

3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CURRÍCULO ESCOLAR

É evidente a urgência colocada em responder a importantes desafios que levem a assumir novos compromissos de implementação de ações concretas que levem a mobilização em torno da Cidadania Planetária e da Globalização Solidária, adotando posturas que conduzam a um modelo sustentável de desenvolvimento, mudando padrões de produção e de consumo e reestruturação da base produtiva e de ciência e tecnologia. Guillén (1999) aponta para a Educação Ambiental como espaço importante para esta modificação ético-conceitual, onde a sociedade precisa alterar suas concepções paradigmáticas para que seja capaz de assumir um novo modelo, que traga consigo “custos agregados” – como a hábitos de consumo e uso de recursos – na busca de garantia de um desenvolvimento viável e sócio-ambientalmente sustentável.

Como tema controverso que é, a discussão sobre estratégias e fundamentos da Educação Ambiental é bastante presente; de uma forma geral, se assume que ela deve buscar propiciar estratégias preventivas e re-orientadoras dos padrões de consumo, promovendo a co-responsabilidade e a participação social. Desta forma, Guillén (1999) propõem a formação de indivíduos que possam modificar

Sus sistemas de valores y que a su vez se inserten em um esquema social de relaciones más solidárias, cooperativas, autónomas y eqüitativas (este es un buen

momento para distinguir la equidad em términos de reconocimiento de relaciones de desigualdad que deben promover un trato diferenciado de estos desiguales). La tolerância, la pluralidad y el compromiso social son algunos de los valores esenciales que se deberían promover.(1999, p.5)

Sendo assim, a Educação Ambiental tem a importante tarefa de ajudar as pessoas a questionarem-se sobre os problemas ambientais, compreendendo a inter-relação existente entre os grandes dramas ambientais e as decisões político-econômicas que conduziram a tais situações. Daí é possível deduzir que a Educação Ambiental tem papel de potencializar a capacidade crítica e criativa do ser humano, conduzindo a mudança de sua postura frente à realidade, resultando, por conseqüência, em transformações concretas dos princípios que norteiam a sociedade e na intervenção ativa do homem no meio, amparada por princípios socialmente justos e ambientalmente sustentáveis.

Sobre a Educação Ambiental, Palma de Arraga (1999) afirma que ela deve ser estruturada com base na noção de desenvolvimento sustentável, orientada pelo eixo conceitual meio ambiente – população – desenvolvimento, objetivando o desenvolvimento de competências e capacidades para lidar com a multiplicidade de questões postas para a atualidade. O que o educador precisa apontar frente ao panorama real verificado em nossa sociedade, na tentativa de adoção de outros parâmetros que não aqueles exclusivamente econômicos para a tomada de decisões, é uma muito necessária e desafiadora tarefa de delimitação da ética como instância anterior e regente da economia.

É preciso pensar a Educação Ambiental como um movimento de cunho ético que leva, necessariamente, à profunda indagação sobre a gênese dos problemas ambientais, através da observação, reflexão e investigação acerca das situações concretas que se apresentam. Esta é uma tarefa deveras complexa, que exige uma proposta curricular interdisciplinar, com a presença de temas tratados transversalmente, em que se reconheça a existência e a relevância das múltiplas possibilidades de inter-conexões entre as diferentes áreas do saber, e onde o senso crítico e a consciência da responsabilidade, individual e coletiva, oriente a proteção do patrimônio comum da humanidade e a resolução dos problemas sociais e ambientais por ela enfrentados (GONZÁLEZ MUÑOS, 1999).

O que se pode afirmar é que os sistemas educativos sentem as necessidades urgentes de reformulação em suas propostas curriculares, na ânsia de tornarem-se mais aptos a responder aos desafios sociais, culturais, econômicos e profissionais que se apresentam. Evidentemente, esta constatação nos encaminha a outra conclusão: a de que há necessidade de

modificação das propostas metodológicas de ensino no sentido da construção de cidadãos solidários, conscientes de suas responsabilidades para com os contextos presentes e futuros do planeta.

É realmente imprescindível, para que se possa dar conta das profundas necessidades postas pelo atual contexto global, que as instituições escolares passem a preconizar a construção das competências em detrimento à tradicional relevância dada à aquisição de conhecimentos, no geral, descontextualizados. Ou seja, é preciso que se promovam modificações profundas nas tradicionais metodologias e propostas curriculares, em que pese uma outra base conceitual, uma outra concepção sobre as finalidades do ensino formal e da educação, conduzindo à práticas pedagógicas que se delineiem pela construção de saberes socialmente significativos (PALMA DE ARRAGA, 1999).

O avanço rumo a uma educação balizada pelos pré-supostos da Educação Ambiental, que respeite as diferenças, tratando diferentemente os desiguais, preconizando o atendimento aos grupos em abandono pelo modelo econômico vigente, é condição para que se possa viver a equidade social e a sustentabilidade ambiental.

Como objetivos desta educação, adjetivada de Ambiental, resta destacar o fomento à participação, individual e coletiva, dos cidadãos, procurando desenvolver valores baseados nos conceitos de democracia, tolerância, solidariedade, ética, compromisso individual e social, cidadania, entre outros. Para tanto, é preciso desenvolver nos professores, alunos, e em todos os envolvidos na instituição escolar, a tomada de consciência a respeito das bases éticas regentes do modelo de sociedade em que vivemos; bem como a participação responsável nas decisões cotidianas e a busca pelo conhecimento dos meios de intervenção junto ao ambiente social e natural.

De acordo com Novo (1996), por esta orientação, educar toma o significado de ajudar as pessoas a conhecer a razão de seus atos, conhecendo o substrato ético que os orienta – o porquê e o para que de suas ações, contribuindo, através de ações concretas, para o desenvolvimento de uma nova ética para o meio, ou como corroboram Giordan e Souchon (1998), formando uma população consciente e preocupada com o ambiente e seus problemas, que possua conhecimento, competência e motivação para trabalhar individual e coletivamente na resolução dos problemas postos pela realidade onde estão inseridos.

Partindo do pressuposto que o papel da Educação Ambiental, em âmbito escolar, concentra-se na dotação dos educandos de experiências de aprendizagem que os permitam

compreender as relações dos seres humanos como meio (natural e social), sua dinâmica e suas conseqüências, de forma a promover a participação consciente, ativa e solidária, na busca por soluções para os problemas postos (NOVO, 1996), então, para que possa alcançar seus objetivos, a Educação Ambiental precisa ser concebida como um processo permanente de aquisição de saberes, valores e competências que possibilitarão a ação individual e coletiva frente à problemática social e ambiental advinda da forma de reprodução da sociedade e de organização da produção.

O comportamento e as atitudes que se pretende por meio da Educação Ambiental – o desenvolvimento da consciência e da compreensão a respeito das causas e conseqüências das mazelas cotidianas, e a formação de sujeitos críticos e atuantes frente às urgências ecológicas, políticas e sociais – depende de uma formação escolar que propicie, aos educandos, experienciar situações de aprendizagem condizentes com esta formação que se pretende.

A inserção da Educação Ambiental nos currículos escolares, desde os primeiros anos do ensino formal, é de vital importância na formação deste novo sujeito. Uma sociedade que conte com tal iniciativa, não demandará tantas iniciativas de Educação Ambiental não-formal e informal como acontece no presente, ou de outra maneira, as iniciativas de Educação Ambiental não-formal e informal não seriam tão escassas frente a esta demanda provocada por uma educação bancária e (in)formadora de indivíduos alienados na realidade na qual estão inseridos.

O alcance dos objetivos que se pretende com a inserção da Educação Ambiental no ensino formal, contribuindo para a formação inicial do educando enquanto indivíduo – constituição dos valores básicos formadores do caráter – depende de profundas mudanças nas bases sobre as quais se erguem os princípios conceituais e metodológicos da educação formal.

4. ENCAMINHAMENTOS FINAIS

Se quisermos formar sujeitos cujas ações sejam balizadas por pressupostos éticos que conduzam sua vida de forma a promover sua atuação de forma responsável e solidária frente aos problemas sócio-ambientais da realidade, precisamos de um currículo que rompa com os valores antropocêntricos vigentes, e “naturalize” o homem, concebendo-o de forma sistêmica, inseparável do meio no qual habita.

O currículo tradicional, rígido e fragmentador dos saberes, inibe a formação de indivíduos capazes de alcançar uma visão sistêmica e integradora da humanidade, que perceba, como nos traz Loureiro (2004), o mundo em sua complexidade e a vida em sua totalidade, uniformizando pontos de vista e propiciando o enraizamento da ideologia dominante na formação do próprio sujeito dominado. Mas, pelo contrário, um currículo que nos traga métodos participativos, que possibilite a interação entre as disciplinas, será um currículo que, não apenas viabiliza, mas fomenta o tratamento dos temas tão urgentes de atenção postos pela crise ambiental e social em que vivemos.

Desta forma, faz-se mister contextualizar o currículo no tempo e no espaço social que ocupam os indivíduos e grupos sujeitos da Educação, isto é, ambientalizá-lo, construí-lo e reformulá-lo de acordo com os saberes relevantes em dada realidade e em direção aos saberes necessários ao alcance da compreensão das relações dadas em seu contexto, e da capacidade de atuação consciente sobre esta realidade. Operacionalizar esta contextualização é inserir o fazer educativo no cerne dos problemas de cada grupo social, potencializando a reflexão crítica e a atuação revolucionária dentro dos grupos em que os indivíduos estão inseridos, e promovendo as condições necessárias a um estado de justiça social e sustentabilidade ambiental.

A emergente desconstrução da lógica unitária e da busca por verdades absolutas e imutáveis nos aponta para um novo projeto de mundo, neste novo paradigma orientado pela noção de incompletude e complementariedade, a Educação Ambiental Crítica, Transformadora e Emancipatória nos alerta de que toda análise, toda problemática, todo fenômeno material precisa ser encarado de modo tão profundo quanto amplo, e que todo o Currículo Escolar precisa encontrar no pensamento crítico, emancipatório e revolucionário, o seu alicerce.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria da Conceição de. Mapa Inacabado da Complexidade. In: SILVA, Aldo Aloísio Dantas; Galeano, Alex (orgs.). **Geografia, Ciência do Complexo: ensaios transdisciplinares**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

COELHO, N. N. Edgar Morin: **A ótica da complexidade e a articulação dos saberes**. Disponível em: <http://www.suigeneris.pro.br/nelly1.htm>. Acesso em: 23 jan. 2004.

LEFF, Enrique. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, Enrique (org.). **A Complexidade Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

GIORDAN, A.; SOUCHON, C. L. **La Educación Ambiental: guía práctica**. Sevilha: Editora Diada, Série Fundamentos, 1998.

GONZALES MUNÓS. Principales Tendencias y Modelos de la Educación Ambiental en el Sistema Escolar. In: Organização dos Estados Ibero-Americanos, **Revista de Educação**, n.11, Educación Ambiental, 1999 (disponível na biblioteca virtual da Organização dos Estados Ibero Americanados: www.oei.com.es).

GUILLÉN, F. C. Educación, Medio Ambiente y Desarrollo Sostenible. In: Organização dos Estados Ibero-Americanos, **Revista de Educação**, n.11, Educación Ambiental, 1999 (disponível na biblioteca virtual da Organização dos Estados Ibero Americanados: www.oei.com.es).

LOUREIRO, C. F. **Trajectoria e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo, Cortez, 2004.

MORIN, Edgar. **O método I: a natureza da natureza**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977.

MORIN, Edgar. A inteligência da complexidade. Colóquio da Universidade das Nações Unidas, Montpellier, 1984. Apud NOVO, M. **La Educación Ambiental: Bases éticas, conceptuales y metodológicas**. Madrid: Universitas, 1996.

MORIN, E. **A Inteligência da Complexidade**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

NICOLESCO, Basarab. **O manifesto da transdisciplinaridade**. 2ª ed. Trad. Lucia Pereira de Souza. São Paulo, Triom, 2001.

NOVO, M. **La Educación Ambiental: bases éticas, conceptuales y metodológicas**. Madrid: Universitas, 1996.

PALMA DE ARRAGA, L. Fortalecimiento de la Capacidad Interdisciplinaria en Educación Ambiental. In: Organização dos Estados Ibero-Americanos, **Revista de Educação**, n.11, Educación Ambiental, 1999 (disponível na biblioteca virtual da Organização dos Estados Ibero Americanados: www.oei.com.es).

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza**. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.